

O brasileiro que inventou um país
A aventura de Sérgio Vieira de Mello em Timor Leste

Primeira Leitura

A REVISTA DO SITE

PRIMEIRA LEITURA

WWW.PRIMEIRALEITURA.COM.BR - SETEMBRO 2001 - ANO 5 - Nº 59 - R\$ 7,00

Drogas: Por que não legalizá-las?

Ação oficial contra o tráfico e o consumo segue modelo imposto pelos EUA: é ineficiente, mina o Estado e corrompe a polícia e a política. Há um novo debate

O 'apagão' da água e do saneamento:

Eis aqui uma questão que vai atormentar a vida de todos os brasileiros. O que fazer

O exército dos sem-carteira

A precarização do trabalho na era FHC

Crise à brasileira

Desta vez, não dá para culpar os estrangeiros



A parte e o todo**Prever o futuro ou cercar margens de erro?**

Desde que assumiu a atual configuração, em janeiro, **República-Primeira Leitura** se impôs a tarefa de ser prospectiva, de antecipar, pela força da reportagem e da análise, os temas que serão notícia. Foi assim naquele mês, quando se traçou o completo roteiro do calvário argentino. O mesmo se viu em fevereiro, com o anúncio de que a crise energética atingiria gravemente o crescimento.

Esta edição é exemplar nesse sentido. **Lucas Figueiredo** desvenda o cipoal jurídico que regula a questão das drogas no Brasil – de Zurique, **Eduardo Simantob** analisa o tema na Europa – e chega a uma conclusão estarrecedora: a política oficial para o setor é uma droga pesada: vicia e mata. E a matéria foi parar na capa da revista. As editoras-assistentes, **Andréa Denadai** e **Silvana Melati Cintra**, e a redatora **Ana Paula Alencar**, sob a coordenação sempre segura de **Rui Nogueira**, diretor do site e da revista em Brasília, desvendaram os caminhos quase surrealistas por que passa a questão da água e do saneamento no Brasil. Identificam um novo gargalo estrutural a estrangular o país. A leitura é árdua. A apuração, um exemplo de precisão.

De Londres, **Américo Martins** faz uma radiografia da economia europeia e diz por que os líderes do continente erraram ao considerar que a região estava imune à crise dos EUA. No Brasil, o redator-chefe, **João Carlos de Oliveira** – sem licença, um dos maiores jornalistas econômicos do país –, diz por que a desaceleração da economia brasileira, desta vez, é obra dos nativos. E alerta para o que nos espera. A editora **Liliana Pinheiro**, ímpar no rigor com que apura os dados da economia real, detalha a chamada “precarização” do trabalho na era FHC. Como no velho clichê, nem tudo são flores. Mas as há, a exemplo de Timor Leste, semeadas pelo brasileiro Sérgio Vieira de Mello, perfilado por Nogueira.

Nossa intenção não é prever o futuro, mas cercar as margens de erro.

REINALDO AZEVEDO

Diretor de Redação

República

A REVISTA DO SITE PRIMEIRA LEITURA

Outras Leituras

9 Cartas

Bolsa de Apostas

14 Notas

c.q.d.

18 Os fatos. O que o site e a revista viram antes

Bolsa de Futuros

- 20 **Dossiê.** Chegou a hora de discutir a descriminação das drogas no Brasil. A política oficial vicia e mata. Acompanhe o debate sobre a legislação no Brasil e no mundo
- 30 **Infra-estrutura.** O Brasil está prestes a sofrer um novo “apagão”: o da água e do saneamento. Como no caso da energia elétrica, sobra confusão e falta racionalidade
- 38 **Desaceleração.** O Brasil só assistiu a igual queda do crescimento econômico em situações de crises externas. Desta vez, a culpa é mesmo dos nativos
- 44 **Europa.** As estrelas da economia e da política do velho continente imaginavam a região imune à crise. Erraram

De Caso com o Acaso

51 **Luiz Carlos Mendonça de Barros.** George W. Bush fez demagogia anti-social com os impostos. Deu-se mal

A República de...

52 **Jorge Bornhausen.** Presidente do PFL diz por que acredita que o governo vencerá as eleições, culpa a Petrobras pela crise energética e reafirma que o PT é um risco para o país



n^o

59

SETEMBRO 2001 – ANO 5

A Vida Virtuosa de...

- 57 Henrique 4^o. Imperador francês, celebrizado pelo Edito de Nantes, foi, antes de tudo, um planejador na área de infra-estrutura

A Boa Governança de...

- 58 Sérgio Vieira de Mello. O Brasileiro que ajudou a criar a democracia em Timor Leste a partir dos escombros da história exercita sua razão dialética

Mundo•Política

- 62 Argentina. A política agoniza
66 América Latina. Os militares perderam a guerra
69 Oriente Médio. Arafat: o ocaso do guerreiro

Mundo•Economia

- 72 EUA. O salvador mercado imobiliário
75 Agência reguladora. Por que o FDA funciona
76 Política monetária. Todos os truques do Fed

Mundo Global

- 77 José Roberto Mendonça de Barros. Por que a queda do PIB não deveria ter surpreendido ninguém

Brasil•Política

- 78 Partidos. Força Sindical, a CUT do PTB
82 Rumo a 2002. O malanismo contra Serra

Brasil•Economia

- 84 Quatro anos em oito. O trabalho na era FHC
88 Ciência e tecnologia. Onde estamos, aonde vamos

O Estado das Coisas

- 91 Luiz Felipe d'Avila. Os protestos reforçam a democracia, mas tendem a se fixar só no pior

Resenha

- 92 Instituições. Carlos Eduardo Lins da Silva analisa *The Trouble with Government*, de Derek Bok, e analisa a cultura da reclamação nos EUA
94 Um clássico. Como Braudel buscou a história total em *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico*
95 Executivos. Ricardo Bonalume Neto faz uma leitura de livros de guerra usados como manual de auto-ajuda por executivos
97 Teoria política. Leandro Konder fala de *O Prisioneiro: A Vida de Antonio Gramsci*, de Aurelio Lepre, que narra a trajetória do militante comunista
98 Ecologia. Finalmente no Brasil *Por uma Nova Concepção da Sociedade – Uma Análise Política da Globalização*, de Joschka Fischer

O Averso do Averso

- 99 Reinaldo Azevedo. *O Candomblé da Bahia*, de Bastide, com texto de FHC. Um acertou; outro errou

Paper

- 100 Radiodifusão: do avanço tímido ao retrocesso
Guilherme Canela de Souza Godoi analisa o que Sérgio Motta queria para a radiodifusão e o que está no projeto do ministro Pimenta da Veiga

Encrenca

- 106 Georges Lamazière. Com sua própria voz, diz que a imprensa brasileira é a melhor do mundo, mas...

**PRIMEIRA
LEITURA**

O website de análise política e econômica

www.primeiraleitura.com.br

Infra-estrutura

O apagão do esgoto e da água

O Brasil está prestes a ser sufocado pela falta de água potável e pelo esgoto sem tratamento. Mas as leis que tramitam no Congresso não garantem os recursos necessários à universalização do saneamento básico no país

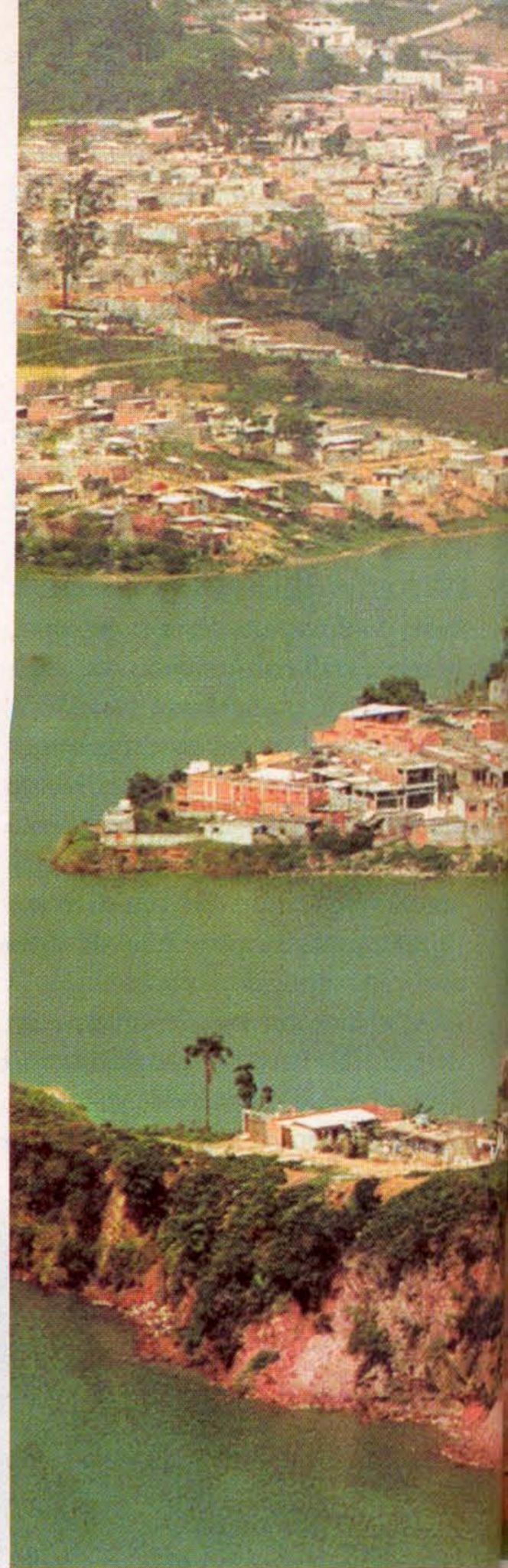
Mal refeito do susto da crise energética e ainda com o apagão elétrico a espreitar o horizonte deste e do próximo ano, o governo introduziu, como que a título preventivo, uma nova discussão: o “apagão” da água e do esgoto. A crise no abastecimento de água tem o contorno da energética, como o leitor da **República-Primeira Leitura** pode constatar páginas à frente, mas com potencial para se revelar em proporções até piores. Mais usinas hidrelétricas e termelétricas, ainda que as chuvas continuem escassas,

resolvem, pelo menos em tese, o problema da falta de energia. No abastecimento de água, o problema se traduz perfeitamente na foto que abre esta reportagem. Nos grandes centros urbanos, há cada vez mais gente à volta das fontes de água, e o significado disso é um só: mais casas para abastecer, mais demanda pela mesma água e mais gente poluindo as fontes e destruindo os mananciais. Duplamente menos água (*leia reportagem na pág. 36*).

O esgoto, que já corre a céu aberto em boa parte do Brasil, veio à

tona em razão da arrastada discussão no Congresso dos dois projetos de lei encaminhados pelo Planalto em fevereiro deste ano – o projeto da criação da Política Nacional de Saneamento (2.763) e o que dá as “diretrizes nacionais para o saneamento básico” (4.147). Este último é o que os técnicos gostam de chamar de “marco regulatório” para organizar o setor e permitir a concessão dos serviços a setores privados.

São duas manifestações do mesmo problema: a tentativa de tirar o país de um subdesenvolvimento ex-





Margens da represa Billings ocupadas por casas: mananciais destruídos

presso pela falta de saneamento e de saúde, que tem nas zonas rurais o seu retrato mais fiel – esgoto em menos de 17% das casas, o que não quer dizer que ele seja tratado. As taxas de mortalidade infantil nessas áreas, como Feira Grande (AL), a 160 quilômetros de Maceió, chegam a 118 crianças por mil nascidas. A média nacional é de 36 mortes por mil. No Canadá, são registrados sete óbitos por mil nascimentos.

Se os números da área rural deprimem, os das áreas urbanas impressionam: ligações a redes coletoras e esgoto tratado, só em 43,6% dos domicílios. Realidade constatável até na sede do poder, em Brasília. O Lago Sul, bairro de maior renda per capita do Brasil (em torno de US\$ 7 mil, contra US\$ 3,5 mil no país), onde vivem ministros e empresários, tem 13 quadras inteiras servidas por fossas sépticas. Até bem pouco tempo atrás, o esgoto corria para as águas do lago Paranoá, em cujas margens estão as belas casas e mansões da capital. Re-

sumo da situação brasileira: 80% do esgoto é coletado, mas só 60% são tratados. No Lago Sul, 50%. A fossa séptica, em muitas circunstâncias, é considerada um procedimento correto, mas certamente não é a solução mais adequada para uma área já super-habitada como o Lago Sul.

NÃO INTERESSAM. Os dois projetos do governo sobre saneamento foram moldados pela mesma razão de todas as privatizações ou de abertura ao capital privado de setores de serviços públicos em que o Estado

não tem mais dinheiro para acompanhar a demanda. Consultorias especializadas como a Ficht IBCA e a Duff & Phelps e o governo concordam com um número: serão necessários pelo menos R\$ 40 bilhões nos próximos dez anos para ampliar substancialmente os sistemas de água e esgoto. E, como ninguém se dispõe a investir sem regras, sem o tal “marco regulatório”, ainda mais nos serviços públicos sempre sujeitos a humores políticos e eleitorais de prefeitos, governadores e presidentes, a saída foi fazer uma lei dizendo quem manda no quê – o projeto 4.147.

Esse projeto é a origem da polêmica mais estridente, a que mobiliza técnica e ideologicamente prefeitos e governadores, secretários estaduais e municipais, a Agência Nacional de Águas (ANA), lobistas de empresas e fundos de investimento. Em pauta, está a titularidade, isto é, quem manda no negócio do saneamento: se os Estados ou os municípios.

A questão por levantar, no entanto, é outra: embora feitas para atender a todo o Brasil, as leis do Planalto dizem respeito essencialmente às capitais, regiões metropolitanas e grandes cidades. Dos 5.561 municípios brasileiros, é certo que, para mais de 5 mil, essas leis dirão pouco ou nada. São cidades que não dão lucro para as empresas privadas, não interessam às empresas de saneamento dos Estados e não têm como transformar o esgoto em um negócio de escala que lhes permita montar uma empresa. Pior: recebem da União investimentos a conta-gotas, por meio de programas das prefeituras em convênio com o Ministério da Saúde, de José Serra (PSDB-SP), e com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedu), de Ovídio de An-

gelis (PMDB-GO). A outra fonte seriam os financiamentos da Caixa Econômica Federal (CEF), com dinheiro do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Essa massa de municípios forma um buraco negro nas leis de saneamento. Por dois motivos dramáticos, são uma verdadeira fossa da legislação: 1) o ministério de Serra (Projeto Alvorada) e a Sedu têm no Orçamento deste ano R\$ 2,2 bilhões para investir em saneamento, mas, juntos, nos seis primeiros meses de 2001, foram autorizados a gastar pelo ministério de Pedro Malan (Fazenda) mí-

pios”. A Caixa deixou de emprestar por conta da renegociação das dívidas dos Estados e municípios e das limitações de gastos impostas pelo acordo de 1998 com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Alguns Estados recuperaram a capacidade de contrair novos empréstimos de organismos multilaterais (como Bird e BID) e supriram em parte as necessidades de investimento. A Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo), afirmou o secretário estadual de Recursos Hídricos, Antonio Carlos de Mendes Thame, não recebe nada nem do Orçamento do Estado, nem da União, nem de nenhum outro órgão gestor de financiamentos.

Além das tarifas, a fonte de recursos são os empréstimos do Bird e do BID. “Como a empresa tem obtido resultado operacional positivo, que reverte na ampliação dos serviços que oferece, ela se credencia a solicitar

mais recursos dessas instituições”, explicou Thame. A Sabesp obteve lucro de R\$ 521 milhões no ano passado, com um faturamento de

R\$ 3,3 bilhões. Em 1999 teve prejuízo de R\$ 235 milhões, ante um lucro de R\$ 542 milhões em 1998.

GENEROSA E COMPLICADA. Ninguém duvida de que a situação vivida pelos municípios brasileiros que mais precisam do saneamento para combater doenças endêmicas – e são os que mais puxam para baixo os índices de saúde no país – continuará dependente da boa vontade do caixa da União. “É isso mesmo. O que tem sido gasto é muito pouco, mas isso não está em discussão. A Constituição diz que a titularidade dos serviços é dos

Os domicílios urbanos e o saneamento

Apenas 36,3% da região Nordeste está em situação regular

Categoria	Total	Rede de esgoto	Fossa séptica
Sudeste	84,2%	71,8%	12,4%
Sul	69,0%	17,9%	51,1%
Centro-Oeste	41,1%	32,6%	8,5%
Nordeste	36,3%	19,4%	16,9%
Norte	54,7%	8,2%	46,5%

Fonte: IBGE, 1999 (por região)

Consultorias especializadas apontam que serão necessários R\$ 40 bilhões nos próximos dez anos para ampliar o serviço de água e esgoto

NOS ANOS 40, POUCO MAIS DE
50 MILHÕES
DE BRASILEIROS VIVIAM EM
ÁREAS URBANAS. EM 1999, ESSE
NÚMERO SUBIU PARA QUASE
128 MILHÕES

Fonte: IBGE

sero 0,3%, ou R\$ 6,6 milhões; 2) os tais financiamentos da CEF, por meio do FGTS, foram suspensos.

Segundo Marcos Tadeu, da Secretaria de Política Urbana, da Sedu, “os financiamentos foram suspensos em 1999 e 2000 e retomados neste ano para alguns Estados e municí-

municípios, e, se tentarmos mudar isso, seremos fuzilados. Nas leis, nós mitigamos ao máximo essa situação”, disse à **República-Primeira Leitura** o diretor-presidente da ANA, Jerson Kelman.

O “mitigar” a que ele se refere é a criação do fundo de universalização e o estímulo à “gestão associada” – fazer com que os municípios se juntem e tragam o saneamento para uma escala de interesse econômico. A União vai continuar responsável por dirigir investimentos a fundo perdido em três casos: pobreza extrema, riscos ambientais e problemas de saúde pública. O mais comum é que essas três desgraças vivam juntas, e a demanda por recursos federais continue sendo atendida dentro do parâmetro de hoje: o do superávit fiscal primário, em nome do qual o governo retém verbas de universidades públicas federais e de projetos de saneamento e abastecimento de água. O cálculo do governo é o de que, para se chegar à universalização de coleta e tratamento de esgoto, serão necessários cerca de R\$ 20 bilhões.

É no tocante ao fundo de universalização que está o sintoma de descaso para com os municípios à margem dos benefícios das leis de saneamento. Kelman não deixa dúvida: “A idéia é generosa, mas de natureza jurídica complicada. O ideal seria definir um percentual a arrecadar, como no fundo de universalização dos serviços das telecomunicações. Do jeito como está, tenho até dúvida sobre se ele será operacional”. O nó jurídico a que se refere o diretor-presidente da ANA é o fato de as leis serem federais e, por isso, não poderem ditar regras detalhadas para os titulares das empresas e dos serviços, que

são os municípios e os Estados. “Só podemos fixar as diretrizes gerais.”

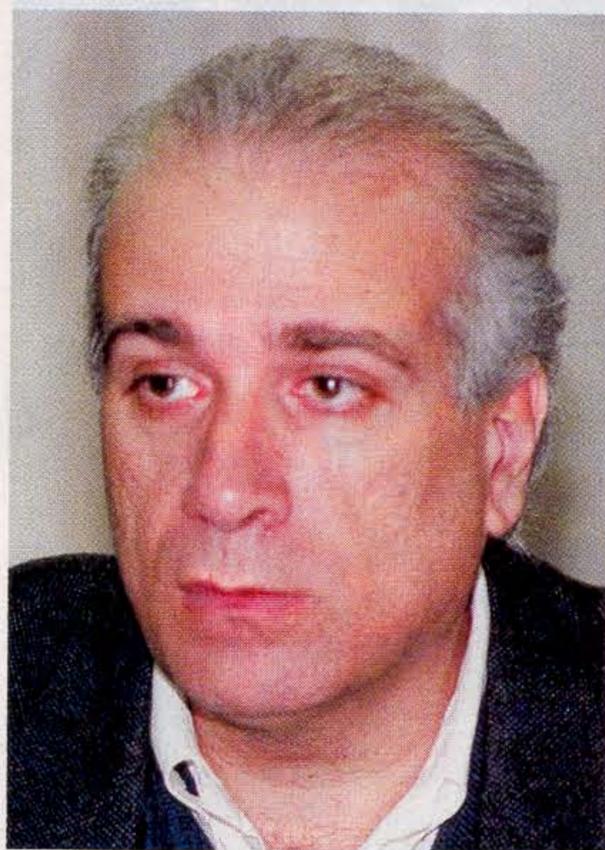
A única garantia de que os municípios, mesmo os mais geograficamente isolados, poderão vir a ser atendidos pelas empresas dos Estados, se os prefeitos mantiverem a pressão pelo serviço, é que as leis do saneamento, ao contrário do que dizem alguns partidos, não incentivam as privatizações. Em primeiro lugar, o modelo de concessão é não-oneroso, isto é, os Estados ou os municípios não po-

dância do prefeito gaúcho é quanto à titularidade das regiões metropolitanas passar ao Estado. É a mesma discordância do prefeito Celso Daniel (PT), de Santo André, no ABC paulista, por motivos bem práticos. Ele teme que, ao repassar a titularidade ao Estado, o serviço degradingole, e as prioridades sejam ditadas por interesses distantes do município.

Em Santo André, o Serviço Municipal de Saneamento Ambiental (Semasa) vem ampliando desde

1997 os serviços que presta à população e já criou um sistema de coleta seletiva de lixo e um programa de educação ambiental. O

Daniel: “O projeto original é equivocado e prejudica a iniciativa de tornar o Semasa uma autarquia de desenvolvimento ambiental”



Celso Daniel: não ao projeto original

dem cobrar pela concessão, e fica com o direito de explorar o serviço quem oferecer a menor tarifa e as maiores metas de investimento. Os projetos são um desincentivo à idéia de políticos que queiram “vender” concessões públicas para fazer caixa.

Um prefeito insuspeito para avaliar a lei, o petista Tarso Genro, de Porto Alegre, foi taxativo em uma audiência da comissão especial da Câmara: “A lei não é privatizante”. A discor-

modelo pioneiro implica despesas crescentes, que a autarquia municipal assume graças ao fato de a venda da água e a cobrança do esgoto serem serviços lucrativos na cidade – 98% coberta pelo abastecimento de água e 96% pelo de esgoto. A gestão do saneamento básico, portanto, dá à empresa os recursos que lhe permitiram pôr em operação, por exemplo, o tratamento adequado ao lixo produzido pela cidade. “Trata-se de uma proposta equivocada [o projeto 4.147], que vai prejudicar uma iniciativa pioneira como transformar o Semasa numa autarquia de desenvolvimento ambiental, envolvendo também toda a parte de gestão do meio ambiente, da coleta do lixo, da drenagem de águas pluviais – todos elementos que não são lucrativos. Perde-se a integração de serviços que estamos construindo. Quando há uma ação desse tipo, com economia de escala na exploração do serviço, criam-se condições de ganhar com as inter-relações entre as várias áreas e investir nos setores não lucrativos”, argumenta Celso Daniel.

IMPOSTOS ALTOS. Enquanto as cidades da fossa continuarão entregues à própria sorte, as regiões metropolitanas podem ter o problema de saneamento resolvido, mas, no momento, se batem contra os Estados. Essa é a briga que toma conta da mídia e dos lobbies. Tudo porque a Constituição diz que os municípios são titulares dos serviços de saneamento, mas o Projeto de Lei 4.147 deixa claro que, nos casos de municípios contíguos, os “límitrofes agrupados”, os serviços devem ser comuns, e a titularidade, entregue ao Estado. Na teoria, a administração conjunta da área metropolitana, mais os subsídios cruzados, os inter-regionais e a gestão integrada, é a forma de garantir a universalização dos serviços de saneamento.

De acordo com o secretário Thame, por exemplo, na área de atuação da Sabesp, água na torneira significa lucro para a empresa, que pode então empregar os recursos na construção de rede de esgoto, muito mais onerosa e ainda restrita a 80% das residências servidas pela autarquia. A Sabesp também aproveita a verba obtida em regiões que já contam com os serviços essenciais para estendê-los às localidades aonde ainda não chegaram. Na prática, porém, basta pegar as batidas de cabeça (*leia texto na pág. 35*) entre a Sabesp e o Semasa, por conta da Estação de Tratamento de Esgoto ABC, para ver quantas pendências a lei tem a esclarecer.

E os demais municípios? Questionado sobre as cidades do Estado de São Paulo que não são servidas pela Sabesp e também não estão incluídas nas mudanças propostas no Projeto de Lei 4.147, a resposta do secretário Thame, se resumida ao essencial, seria a seguinte: o problema é delas. A lei, lembrou Thame, não foi feita para mudar a situação desses municípios, e sim para modelar os sistemas

integrados das regiões metropolitanas. Responsabilizar-se por este ou aquele município que não têm condições de, sozinhos, cuidar do saneamento básico não compete à Sabesp, por exemplo, que deve garantir os serviços nos municípios sob seu controle. Para o secretário de Recursos

rede de esgoto, muito mais onerosa.

Contra a concentração do negócio do saneamento das regiões metropolitanas nas mãos das empresas do Estado, o governo criou um Conselho Deliberativo com representação paritária. Para contornar as reclamações dos prefeitos, o relator das leis 4.147 e 2.763, deputado Adolfo Marinho (PSDB-CE), apresentou no fim de agosto um parecer com modificações que serão submetidas a votação nas comissões e nos plenários da Câmara e do Senado. Marinho propôs que o Conselho Deliberativo seja formado com um terço de representantes do Estado e dois terços de representantes dos municípios da “região comum”. A representação dos municípios será proporcional à população calculada pelo IBGE.

Essa nova composição dá ao Estado o voto de Minerva (desempate) e a secretaria-executiva do conselho. Toda a política de planejamento e investimentos terá de ser discutida e aprovada no conselho, e todos os serviços serão regulados e fiscalizados por uma única agência reguladora. Os prefeitos podem vir a aprovar a proposta do relator porque o poder concentrado no Conselho Deliberativo atrapalha ainda mais as intenções privatizantes eventuais de governadores. Na verdade, o relator impôs a Estados e municípios uma “gestão compartilhada”.

Para a questão da titularidade, Marinho sugeriu uma divisão técnica dos serviços. No caso da água, por exemplo, os Estados concentrariam a “produção” e o tratamento, e os municípios das regiões metropolitanas continuariam a cuidar da distribuição. Exemplo: A Sabesp, do Estado, cuidaria da captação e do tratamento da água; ao município de Santo André caberia distribuí-la.

Seja qual for a solução, diz Marcos Tadeu, da Sedu, “prefeitos e governadores terão de dialogar e fa-



Hídricos de São Paulo, os prefeitos desses municípios estão mais interessados em verbas federais, o que permitirá manter o populismo reinante – levar água à população com tarifas sempre inferiores às da Sabesp, taxas que não cobrem custos do serviço e tampouco permitem a ampliação da

zer investimentos com planejamento conjunto. Um prefeito não poderá mais instalar uma fábrica de cerveja, por exemplo, sem discutir a questão do fornecimento da água”.

Luiz Prado, economista, doutor em biologia e ecologia humana pela Faculdade de Medicina de Paris e consultor de empresas de saneamento, observa no projeto um vício de origem: “A região metropolitana imposta de cima para baixo sempre foi um resquício do autoritarismo e nunca funcionou. O município é, constitucionalmente, um ente federado. E a prova de que essas regiões não funcionam são a coleta, o processamento e a disposição final do lixo”. Na opinião do economista, expressa à **República-Primeira Leitura**, “a proposta de delegação do direito de outorga pelos serviços públicos ao Estado apenas nas regiões metropolitanas resultará numa sucessão de ações diretas de inconstitucionalidade, atrasando qualquer iniciativa por mais alguns anos”.

Outra observação de Prado expõe os interesses fiscalistas que se sobrepõem à universalização: “As políticas públicas estão na contramão do interesse público”. Explicação em números do próprio economista: a alíquota de IR para as empresas, públicas e privadas, da área de saneamento é de 35%. Para os bancos, é de 15%. O ICMS incidente sobre as contas de água varia entre 12% e 18%. O IPI e mais o ICMS incidentes sobre os insumos [*de tubos a produtos químicos*] e serviços fornecidos às empresas concessionárias de saneamento totalizam entre 15% e 18% – enquanto às montadoras de automóveis e fabricantes de equipamentos de telefonia celular foram dadas isenções ou diferimentos significativos nos prazos de pagamento. O governo quer que essas e outras pendências dos projetos sejam clareadas ainda neste mês, e as leis, votadas até o fim do ano.

Tubos do surrealismo

Estação de tratamento do ABC poderia atender a região, mas não o faz; Estado e municípios trocam acusações

A despeito de um apelo quase surrealista, acompanhe o leitor a situação que segue. A reportagem perguntou a Thame, em seu gabinete, por que a Estação de Tratamento de Esgotos do ABC (ETE), que processa parte dos dejetos de São Caetano e de bairros de São Paulo, não atendia a toda a demanda da região. “Porque as prefeituras não fizeram a sua parte: a ligação do sistema domiciliar aos coletores-tronco.”

A reportagem informou então que estivera no Semasa, em Santo André, e que soubera ali que o interceptador – equipamento que liga o coletor-tronco à ETE – estava assoreado (cheio de areia). Thame pegou o telefone. Confirmou que a Sabesp estava fazendo o desassoreamento e reiterou que, se os prefeitos tivessem agido, tudo estaria resolvido em outubro. Foi informado de que, segundo o Semasa, os coletores-tronco, atribuição do Estado, não estavam prontos. O secretário pegou o telefone de novo e evoluiu da surpresa à autocomplacência, com uma escala num absurdo técnico: “O pessoal de Santo André diz que nós não terminamos a ins-

talação dos coletores-tronco! Como?! Ainda faltam trechos?! Mas então do que adianta desassorear os emissários se os coletores não foram instalados? Ah, Só faltam 20%.”

Foi assim que o secretário soube que Sabesp e Semasa atribuem uma à outra a responsabilidade pelo fato de, até hoje – três anos depois da inauguração da segunda maior

estação de tratamento do Estado –, o Grande ABC não ter esgoto tratado. Pela ETE ABC passam apenas 25% dos dejetos produzidos por uma única das sete cidades da região: São Caetano. O resto é lançado *in natura* em



Mendes Thame: surpresa

rios, córregos e até na represa Billings. Segundo Thame, 80% das tubulações foram instaladas. O que falta não impediria que os municípios ligados aos sistema ligassem ao menos alguns bairros à estação. O Semasa nega essa possibilidade.

Se a culpa é das prefeituras, então por que a Sabesp não intervém? A resposta de Thame: nada pode ser feito. Segundo ele, há um vazio legal que impede que o Estado ou a empresa acionem os prefeitos por não cumprirem a sua parte no acordo.

Água: Deus dá, mas não trata

O crescimento das cidades, a ocupação dos mananciais, o desperdício e a ausência de investimentos ameaçam o país com a falta de água tratada

A hora do banho na casa de Elizabete de Lima Cardoso, 28 anos, é uma operação delicada. Para evitar o desperdício da água, que tem dia certo para chegar ao Morro do Macaco, um bairro íngreme de Cotia, na Grande São Paulo, ela dá banho nos três filhos ao mesmo tempo e com a mesma água da bacia. “Moro aqui há um ano e nove meses, e sempre faltou água. Já cheguei a ficar 20 dias sem uma gota na torneira. Eu só estudei até a 3ª série, mas sei que a água vem da natureza. Todo mundo tem direito. É coisa de Deus.”

A conclusão de Elizabete é correta em parte. Um direito, sim; coisa divina, não. A água não é um bem infinito, e custa caro levá-la à torneira de 170 milhões de brasileiros. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 79,8% da população do país, urbana e rural, tem fornecimento regular de água. No entanto, segundo cálculos de Aldo Rebouças, coordenador da área de Recursos Hídricos e Meio Ambiente do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP), para esses quase 80% dos brasileiros o fornecimento é irregular. “São dias, semanas, sem uma gota na torneira. Isso, definitivamente, não é regular”, diz.

O Brasil tem 12% de toda a água doce do mundo. Abastece, ainda que de forma precária, grande parte da população urbana, mas vive uma situação de quinto mundo em matéria de esgoto (*leia reportagem anterior*). A deficiência no abastecimento de água é grave nas metrópoles por causa da concen-

tração populacional desordenada à beira dos mananciais, que são fontes de abastecimento. Essas populações são agentes de poluição com ou sem água encanada. Em qualquer um dos casos, raramente têm saneamento completo, mas sentem-se atendidas em suas necessidades básicas. E os prefeitos,

“A gente comprou um bico de um rapaz que mora lá embaixo.

O que eu sei é que ele pagou R\$ 150 para alguém poder puxar o cano”

Domicílios urbanos com rede de água

Por região, em % – dados de 1999

Sudeste	96,1%
Sul	95%
Nordeste	88,6%
Centro-Oeste	86,2%
Norte	71,5%

Fonte: IBGE

ao colocar água na torneira, já contam com o retorno eleitoral.

Quanto à tarefa de tirar os dejetos da porta das casas, os prefeitos delegam-na aos moradores, que os conduzem aos mananciais, acreditando que estes tudo lavam. “Contanto que tenham água, a falta de saneamento para essa população provoca apenas um sentimento difuso”, diz o diretor-presidente da ANA, Jerson Kelman. “A falta de saneamento acarreta mais

doenças, reflete-se nas taxas de mortalidade, mas isso provoca menos incômodo do que, por exemplo, a falta de energia elétrica.”

UM DRAMA. O calvário de Elizabete é só um dos fios de um intrincadíssimo problema. A poucos quilômetros de Cotia, pode-se dizer que Maria José da Silva, 43 anos, é, ao mesmo tempo, vítima e causa do sofrimento de Elizabete. Maria José mora numa região de manancial próxima à represa de Guarapiranga. A fonte é responsável pelo abastecimento de cerca de 3,8 milhões de paulistanos e passa por um rápido e intenso processo de degradação. Uma das causas é a ocupação irregular dos entornos da represa.

Maria José sabe que vive em uma área de preservação, mas não tem idéia do que isso significa. A água e a luz de sua casa chegam por ligações clandestinas. “A gente comprou um bico de um rapaz que mora lá embaixo. O que eu sei é que ele pagou R\$ 150 para alguém poder puxar o cano.”

As duas são vítimas da miséria, do crescimento desordenado das cidades e das soluções de sobrevivência à falta de investimento do Estado em infra-estrutura. Como elas, cerca de 9 milhões de moradores da Grande São Paulo, de acordo com Aldo Rebouças, podem enfrentar problemas de abastecimento neste ano. A Guarapiranga, por exemplo, está com apenas 34,4% da sua capacidade; o Sistema Alto Cotia, só com 21,6% – na região atendida por este último reservatório, cerca de 300 mil pessoas vivem o drama do racionamento: 40 horas com água e 36 horas sem. Mesmo assim, para a Sabesp, o problema se resume à falta de chuvas e às questões técnicas.

MAIS LONGE, MAIS CARO. Criada na cabeceira do rio Pinheiros,

São Paulo vive hoje uma situação-limite: a demanda é quatro vezes superior à oferta. Isso faz com que se tenha de buscar água sempre mais longe e a um custo cada vez maior. Atualmente, 60% do abastecimento da cidade vem da bacia do Piracicaba, por meio do Sistema Cantareira. E falta água. “Todas as propostas ‘engenheirísticas’ para buscar água de qualquer lugar foram pensadas, mas ninguém cogitou o óbvio: preservação”, afirma João Paulo Capobianco, coordenador do Instituto Socioambiental (ISA), lembrando que, por trás dessa visão, está o forte lobby das empreiteiras, sedentas por obras faraônicas.

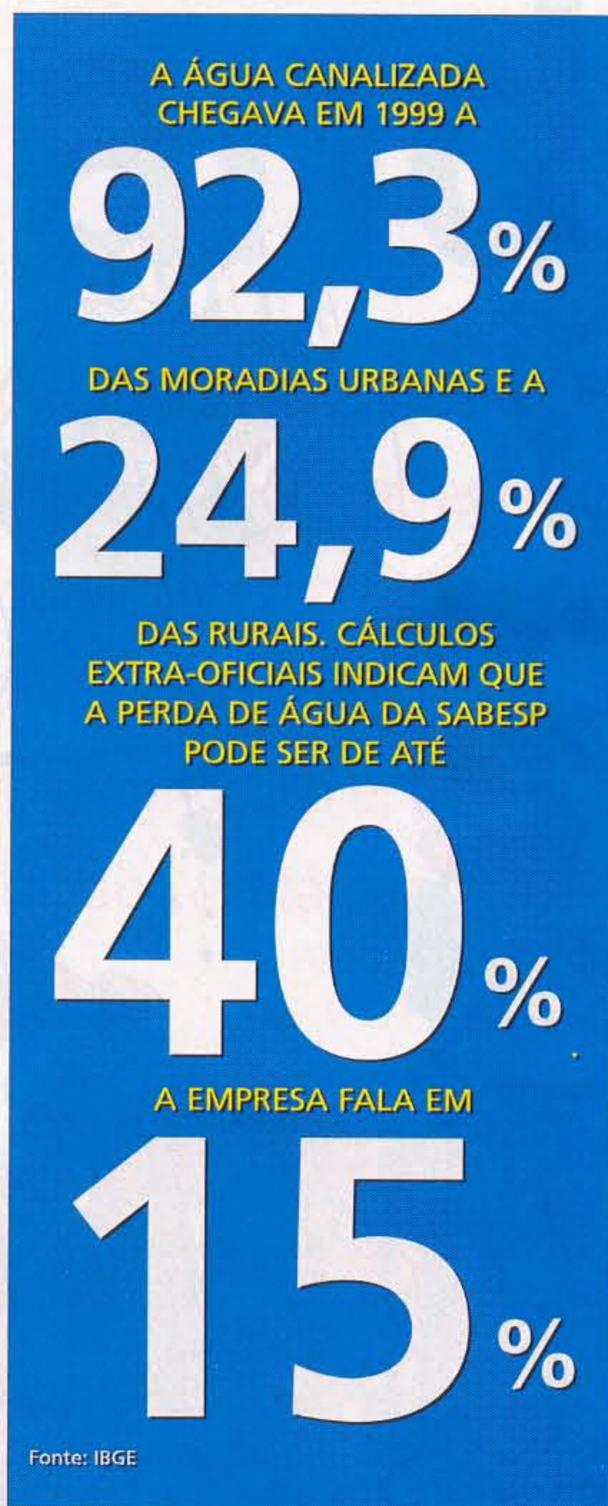
Um estudo do ISA revela que, entre 1989 e 1996, a bacia de Guarapiranga perdeu 15% da cobertura vegetal natural, e a da Billings, de 1989 a 1999, ficou 6,8% menor. “Estamos destruindo a capacidade do manancial de produzir água”, diz Capobianco.

Até alguns anos atrás, as regiões de mananciais eram consideradas intocáveis, o que significava a proibição de todo tipo de ocupação, mesmo nas propriedades privadas. Infra-estrutura, portanto, não fazia parte dos planos do Estado e dos municípios, e, como não havia uma política de desapropriação de terras, os donos dos terrenos tinham enormes prejuízos. Surgiu, então, uma legião de proprietários que passaram a incentivar a ocupação irregular dessas áreas.

Sem poder desalojar os ocupantes, São Paulo mudou a maneira de lidar com o problema. No caso de Guarapiranga, foi criado, em 1993, um programa de preservação da área. De acordo com Ana Lúcia Ancona, coordenadora desse programa na Secretaria de Habitação da Prefeitura de São Paulo, Estado e cidade se uniram para desenvolver um projeto de

instalação de infra-estrutura e recuperação da região com recursos do Bird (Banco Mundial). Mas o drama está sempre presente: não há recursos suficientes para preservar as margens da represa. Além do mais, não há investimentos em educação ambiental.

PERDAS. À degradação dos mananciais soma-se o desperdício de água.



O índice de perdas nas companhias de abastecimento é alto e ultrapassa os 14%, considerados aceitáveis por padrões internacionais. A Sabesp admite perdas físicas de 15%, mas os especialistas garantem que esse patamar chega a 40%. Para Ivanildo Hespagnol, professor de Engenharia Ambiental da USP, a perda provocada por tubulação velha, roubo de água e erro de medição é perfei-

tamente possível de corrigir, mas não há interesse no investimento; o que importa é a tarifa.

Uma forma de evitar o desperdício seria cobrar pelo uso da água, o que, embora esteja previsto no Código de Águas, de 1934, ainda não foi instituído no Brasil. Atualmente, paga-se apenas pelos serviços de tratamento, distribuição e coleta. A captação bruta em rios ou no subsolo não é cobrada. A lei paulista, cuja regulamentação deve ficar pronta até o fim do ano, prevê tal mecanismo. São dois princípios: o do usuário-pagador e o do usuário-pagador-poluidor.

De acordo com cálculos preliminares do governo, o valor a ser cobrado será de R\$ 0,01 por metro cúbico (ou mil litros) de água captada. O consumo diário de uma família de quatro pessoas é de 600 a 800 litros. A conta, no fim do mês, ficará entre R\$ 0,18 e R\$ 0,24. Uma empresa que consumir, por exemplo, 1 milhão de litros por dia terá um gasto mensal de 30 mil metros cúbicos e deverá pagar, portanto, R\$ 300. A conta pode crescer até dez vezes caso a empresa jogue nos rios efluentes sem tratamento.

Seja na questão da água, seja na do esgoto, o fundamental é que o excesso de tecnicidades e as especificidades da área não afoguem os problemas numa enxurrada de leis e numa fossa legal – onde cabe tudo. A questão, como no caso da energia elétrica, é mesmo tomar a decisão política. Pouco se fará ou se vai caminhar se a política cega do caixa continuar a afastar o governo federal dos gargalos a que está submetido o crescimento do país. **República-Primeira Leitura** foi pioneira ao apontar, na edição de fevereiro, a crise energética. Faz o mesmo agora com a água e o esgoto. O problema vai explodir. É questão de tempo. De pouco tempo. ■